

GLOBALIZAÇÃO NEGATIVA: o processo de racionalização da ética em tempos líquidos

NEGATIVE GLOBALIZATION: the process of rationalizing ethics in liquid times

*MSc. Geovanna Arrais¹
Alissom Dolor Gois²*

RESUMO: A presente abordagem de pesquisa tenciona o leitor a compreender e refletir a historiografia brasileira demonstrando as influências da modernidade na construção da ética e dos valores sociais e por consequência a educação. Problematicamos o processo aquisitivo de conhecimento no mundo de trabalho e consumo, refletindo diretamente sobre a importância das relações humanas diante da disseminação do ódio e violência. Para a metodologia do artigo utilizou-se de pesquisas bibliográficas, apoiadas por Holanda (1995), Bauman (2005), Kernal (2007) e Arendt (1991) e alguns outros autores que contribuirão para as nossas reflexões. O artigo busca entender de modo específico a educação inserida na ideia de modernidade líquida.

Palavras-Chave: Educação. Consumo. Ética. Modernidade. Violência.

ABSTRACT: This research approach intends the reader to understand and reflect on Brazilian historiography, demonstrating the influences of modernity in the construction of ethics and social values and, consequently, education. We problematize the process of acquiring knowledge in the world of work and consumption, reflecting directly on the importance of human relationships in the face of the spread of hatred and violence. For

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser no ano de 2016. Envolveu-se com estudos interdisciplinares voltados para as áreas de Sociologia da Educação, Filosofia, História da Educação, Ciências e Estágio. Foi monitora da Disciplina de Estágio Supervisionado da Educação Básica. Participou do evento institucional 5º Pesquisar, por meio da exposição de Pôster com a temática desenvolvida no trabalho de conclusão de curso. Integrou o grupo de estudos sobre as obras de Hannah Arendt resultando na pesquisa realizada no TCC: Banalidade do Mal na Modernidade: Corpos e Mentis Dóceis Adaptados à Burocracia Moderna, sendo publicado como artigo científico na Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate da Faculdade Alfredo Nasser, no ano de 2016. Foi bolsista do PROSUC/CAPES no programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Educação (PUC- Goiás), 2017-2019, desenvolveu uma dissertação com a seguinte temática: Modernidade Sombria e Seus Reflexos na Educação: ideologia, violência simbólica e banalização do mal no discurso totalitário. Atualmente está participando do processo seletivo da Puc- Go, concorrendo à vaga para o Doutorado em Educação, e está vinculada a Faculdade Alfredo Nasser desenvolvendo correções de Trabalhos de Conclusão de Curso/ ABNT e Linguagem. E-mail: geo_al_@hotmail.com

² Concluinte do Curso de Pedagogia pela Faculdade Lions- Go, exerce participações em eventos institucionais com apresentações discursivas. E-mail: alissomcaco1@hotmail.com

the methodology of the article, bibliographic research was used, supported by Holanda (1995), Baumam (2005), Karnal (2007) and Arendt (1991) and some other authors who will contribute to our reflections. The article seeks to understand in a specific way the education inserted in the idea of liquid modernity.

Keywords: Education. Consumption. Ethic. Modernity. Violence.

1. INTRODUÇÃO

“Que o mundo é sortido
eu toda vida soube!
Quantas vezes
quantos diversos de mim
Em minha alma houve?!
Árvore, tronco, maré tufão e capim, madrugada, autora, Sol a pino e poente
Tudo carrega seus tons, seu carmim.
O vício o hábito o monge
O que dentro de nós se esconde
O amor o amor o amor
A gente é que é pequeno
e a estrelinha é que é grande
Só que ela está bem Longe.
Sei quase nada, meu senhor,
Só que sou pétala espinho flor
Só que sou fogo, cheiro, tato,
Plateia e ator
Água terra calma e fervor
Sou homem mulher
Igual é diferente, de fato.
Sou mamífero, sortido, sortido
Mutante, colorido, surpreendente, medroso e estupefato.
Sou o ser humano
Sou o inexato.”

(Renato Luciano)

A historiografia compreende o povo brasileiro em suas relações sociais, o que se estabelece nessa sociedade são os paradigmas da tradição e o uso dos costumes como dever moral. O elemento conceitual para a colonização portuguesa é a cultura religiosa, o patriarcalismo como centro das relações familiares. O mundo, hoje, encontra-se no meio de intensas transformações, o processo que se desdobra como ponto de ruptura dentro da esfera familiar será a burocratização do Estado e a Revolução Industrial no século XIX que consolidará as necessidades de trabalho e consumo, a transição do feudalismo ao mundo moderno.

A modernidade se realizou no período histórico marcado pela a Revolução Francesa no século XVIII. A modernidade também pode ser caracterizada como o período de ascensão do Homem no centro do universo, a relação entre filosofia e educação pode ser considerada moderna tendo como novo conceito a verdade e a racionalidade. Diante do contexto racional, pensar sobre a própria realidade são características unicamente humanas, isto é, o único ser capaz de compreender à sua existência. Como sujeito que existe no mundo e interfere na natureza, não se pode assumir uma postura de neutralidade.

Nessa perspectiva, os impactos da modernidade podem influenciar a capacidade do ser humano de pensar e refletir sua realidade. As instituições educacionais, enfatizando seu papel, devem disseminar o pensamento crítico, a coletividade, a indagação e, acima de tudo, a importância do conhecimento para a construção social. O desafio que se impõe diante da atualidade é desvincular a educação como processo formativo para o mercado de trabalho que conduz ao consumismo. Desse ponto de vista, o artigo busca mostrar como a modernidade afeta a educação. Em seu primeiro momento, o artigo, busca situar o percurso social no decorrer da história e a transformação do caráter brasileiro a partir do alcance moderno. Em seguida, mostrar como o capitalismo apresenta uma sociedade de consumidores dando espaço aqueles que não se adaptam e a fluidez das relações a partir do conceito de modernidade líquida Bauman (2005).

Por fim, resgatar os conceitos de ética e valores sociais mostrando a importância de proporcionar uma reflexão crítica sobre a atual realidade sociocultural dos indivíduos. Portanto, romper com a educação moderna é proporcionar outros modos de agir e pensar o mundo. Na escola se enfatiza uma formação mais humana, no sentido de relacionar as crianças ao mundo Arendt (1991), para que se ofereça no âmbito educacional uma formação aquisitiva de conhecimentos afim de transformar a realidade.

1. DA CORDIALIDADE AO ÓDIO: a trajetória histórica do povo brasileiro

Sergio Buarque de Holanda foi um dos principais autores que se preocupou em estudar as características da História do país em sua obra *Raízes do Brasil*, mas em que contexto ele escreve? E qual é a sua grande problemática? A grande questão para Sergio Buarque é entender o brasileiro, no contexto de 1930, a maior parte dos assuntos giravam em torno do conceito de raça do povo brasileiro como inferior a europeia. Diante disso surgiram os grandes pensadores da historiografia do Brasil e, a partir da década de 30

criaram novas interpretações. Entre eles se destacaram Gilberto Freire, Caio Prado Junior e o autor em questão: Sergio Buarque de Holanda.

Em sua obra *Raízes do Brasil*, Buarque de Holanda questiona a origem do caráter do brasileiro, para ele a raiz disso é a força da família e que a intimidade é sempre buscada nas relações sociais, o que define bem o brasileiro é o conceito de “Homem Cordial”, a palavra cordial vem do latim e significa “cor – *cordis* – coração”, ou seja, aquilo que vem do coração. Segundo Holanda (1995) “...o brasileiro sofre dessa característica a cordialidade”. Em sua concepção, os traços mais significativos do brasileiro são ser amoroso, generoso, sociável e menos desconfiado, racional ou burocrático.

A cordialidade brasileira é uma herança da origem rural, quando a família patriarcal era o centro das relações sociais brasileiras no período da colonização, o modelo patriarcal caracteriza-se por uma figura central, o “pai”, cujo poder submete todas as decisões a esse sujeito.

Quando se trata da família Holanda (1995) afirma que essas relações acontecem na esfera privada e pessoal, além disso possuem uma carga muito grande de emoção, afinal estão pautadas nos sentimentos do coração, melhor dizendo o “homem cordial” justamente por ser movido pelos sentimentos está preso às emoções intensas que podem ser um afetuoso gesto ou uma manifestação de ódio.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.

Neste contexto, o Brasil revela grande dificuldade na separação entre o público e o privado, este modo de lidar com as pessoas, a herança da família, ultrapassa para o espaço público e quando essas relações pertencentes à esfera íntima invadem esse espaço, os conflitos aparecem, pois é preciso entender que família não é Estado e Estado não é família. Deve haver uma separação entre essas duas esferas. O problema enfrentado com a suposta cordialidade é que o privado adentra a esfera pública e a consequência dessa invasão são os problemas bastante conhecidos no Brasil: clientelismo, coronelismo e o patrimonialismo.

Essa cordialidade que ocupa a esfera pública acaba com a possibilidade da racionalização, conceito definido por Max Weber. As pessoas sempre desejam levar algum tipo de vantagem e deixam, assim, de lado aquilo que o Estado exige: a “igualdade dos diretos”, a dificuldade do brasileiro em lidar com a democracia está diretamente

ligada ao fato de a política se encontrar na esfera pública deliberativa (igualdade de condições), já a cordialidade está em oposição, os interesses pessoais são privilegiados em detrimento do coletivo.

A partir das transformações sociais no decorrer da história, Buarque de Holanda, com base no método weberiano, afirma que para o Brasil se desenvolver, crescer e se aperfeiçoar será necessário apreender a usar mais a razão, agir de forma mais racional e ter uma ação social mais pensante e menos afetiva.

Para compreender o conceito da racionalidade é preciso recorrer a Max Weber, sociólogo e economista alemão que viveu entre 1864 a 1920. Este autor buscava compreender a sociedade de um modo diferente de outros pensadores, voltava o olhar para os indivíduos e como interagem entre si, o que interessa para Weber não é um conjunto de regras que mantém os indivíduos unidos, mas o compartilhar de um grupo de pessoas. Portanto, se Durkheim buscava olhar para a sociedade, Weber olha para os indivíduos, por isso elabora o conceito chave de sua teoria: a “ação social”.

Segundo Weber (2004): “Nem toda ação social, pode ser considerada social”. A ação social é uma conduta que leva outro ser humano em consideração, toda vez que ao agir alguém considera as necessidades de outra pessoa, por conta disso, é possível falar de ação social.

A vida em comunidade para Weber é um conjunto de seres humanos agindo com outros humanos, portanto, a sociedade é um conjunto de ações sociais. Diante da realidade social é difícil analisar os motivos da ação social de cada um, então Weber cria quatro tipos de ações sociais: ação tradicional, ação afetiva, ação racional com relação a valores e ação racional com relações a fins. Por “ação” entende-se sempre um comportamento compreensível em relação a “objetos”, isto é, um comportamento específico ou caracterizado por um sentido “real” ou “mental”, mesmo que ele não seja quase percebido (WEBER, 2004 p. 54)

A ação tradicional está baseada em um costume, em um modo comum de agir. A ação afetiva é toda ação advinda de alguma emoção, seja positiva ou negativa. A ação racional é relacionada a valores, toda ação em que ao agir se pensam nos princípios. A ação racional relacionada a fins, por sua vez, é todo trabalho que se realiza pensando em alcançar um objetivo. Weber busca compreender a vida em sociedade, mas não através de regras que obrigam as pessoas a agir de uma determinada forma e sim por meio do compartilhamento. Assim sendo o autor realiza uma sociologia chamada de “compreensiva”.

Segundo Weber (2004) “existe um movimento na história da humanidade de mudança nas relações sociais”. Quando se fala de formatos de vida social, também se fala de comunidade e sociedade, as relações de uma vida em comunidade podem ser pautadas pelo afeto e tradição, pelo simples argumento de ter menos pessoas em convivência. Nas relações humanas em uma sociedade podem ocorrer diversos conflitos, pelo fato de um maior número de pessoas partilhar a convivência, neste sentido, pode haver menos afeto, menos apego à tradição e mais racionalidade envolverá os motivos dessa ação.

O agir em comunidade também pode se fundamentar na expectativa de que os outros deem determinado peso a certos valores e crenças, ou então, na expectativa de que os outros se comportem de um modo regular, na média dos comportamentos geralmente usados para aquela situação. Ou, ainda, de que se comportem de modo emotivo, irracional. (WEBER, 2004, p. 58).

Pode-se dizer que o Brasil é um país em processo de racionalização, pelo conjunto de leis e regulamentações que regem as relações a todo momento. Para Weber (2004, p. 65) “à medida que a história avança, mais as relações se tornam racionais, pois a complexidade da vida em sociedade, ou seja, a vida em contato com o maior número de pessoas exige um conjunto de normas impessoais”.

2. DESCONFIANÇA E MEDO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

No contexto de um Brasil em processo de racionalização torna-se cada vez mais difícil pensar em um brasileiro cujo caráter se encaixe completamente no conceito do “homem cordial”. Na modernidade características tais como a hospitalidade e a ingenuidade se mostram cada vez mais escassas no decorrer da História. Embora o senso comum diga que o Brasil não tenha tido grandes guerras civis, mas apenas “hostilidades”, como se o ódio não fosse característica brasileira, como pode ser explicada a tremenda violência presente na Guerra de Palmares de 1695 e Guerra dos Farrapos de 1835 a 1845? O Brasil foi também violento com os negros africanos trazidos para serem escravos nos anos de 1885 a 1888 e embora tenha se passado mais de um século percebe-se que o preconceito racial se mostra ainda bastante acentuado.

Segundo dados da ONU, no Brasil, sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada duas horas. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não-negros, entre os negros houve aumento de 18,2%. A letalidade

das pessoas negras vem aumentando e isto exige políticas com foco na superação das desigualdades raciais. Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Senado Federal, 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”. O dado revela como os brasileiros têm sido indiferentes a um problema que deveria ser de todos.

Esses dados refletem um país violento, assim sendo, pode-se dizer que foi criada uma imagem falsa de um brasileiro generoso. O historiador contemporâneo, autor do livro, *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*, Leandro Karnal afirma que o brasileiro se admite como um povo profundamente pacífico e que a violência é sempre do outro, nunca é minha e jamais ocorre comigo, ela é sempre uma surpresa. A história do povo brasileiro mostra que há muita resistência em lidar de maneira franca com o ódio, e que a violência é submetida a bairros, como se pudesse limita-la somente as periferias.

O crime generalizado cometido por criminosos e por cidadãos saqueadores é o que a periferia do Brasil vive cotidianamente. No entanto, quando essa realidade atinge áreas nobres reagimos e afirmamos que se trata de anarquia e caos. É um colapso. Na verdade, uma parte da população brasileira vive a ausência da polícia (ao menos de sua função protetora), o toque de recolher e os saques todos os dias. Mas nós, da elite, não vemos isso. São nossos guetos se revelando” (KARNAL, 2007, p. 32)

Como as pessoas geralmente não declaram abertamente que há preconceito e racismo na cultura brasileira, os livros didáticos por meio dos quais são retratados os negros e os povos indígenas, quase sempre distorcem completamente sua verdadeira história. É comum uma visão eurocêntrica sobre a historiografia que retrata os portugueses como personagens de um determinismo cultural, o modelo europeu como o único adequado para o desenvolvimento. Os índios muitas vezes eram vistos como povos bárbaros pela cultura dos brancos, portanto precisavam ser protegidos no meio de uma lógica católica portuguesa, o que conduziu à uma avassaladora aculturação, na tentativa de sua conversão aos valores culturais europeus.

Dessa forma, o autor interpreta Buarque de Holanda dizendo que nas circunstâncias de 1930 o mundo estava rodeado de ódio e o Brasil parecia distante da guerra naquele momento. Era possível dizer que comparado aos vizinhos, especialmente no contexto do que ocorria no mundo, tal como a dominação nazista na Alemanha, o país se mostrava aparentemente tolerante e pacífico. Então por que há tanto receio de admitir o ódio que rodeia a nação? O autor responde que seja talvez por causa da formação

predominantemente cristã, que entende a ira como um pecado capital e o perdão como uma necessidade.

É fundamental que meu inimigo exista para eu saber quem sou. Deus e o diabo fazem parte da mesma gramática. Se minha vida é protegida por Deus e atentada pelo demônio, se o imoral vem do demônio, e o bem vem Deus, nos dois casos a minha culpa é diminuída. (KARNAL, 2007, p. 69).

Karnal (2007) concorda com a afirmação de Thomas Hobbes de que “somos naturalmente violentos”, por meio da qual é possível compreender a formação do caráter do homem. Neste contexto, os indivíduos não massacram uns aos outros, o tempo todo, porque existe a repressão e a força do Estado.

Ele ainda afirma que: “o contato com o outro mostra muito a nossa incapacidade de viver com a diversidade e de achar um fundamento de identidade na violência e na explosão” (KARNAL, 2007, p. 87). Ou seja, é mais difícil amar e mais fácil odiar, é preferível se vangloriar com a derrota dos outros do que alegrar-se com a sua vitória. Assim, o ódio identifica a espécie humana, torna-se sua marca indelével.

É interessante analisar como o ódio possui um imenso poder de disseminação. Segundo Leandro Karnal (2007, p. 98): “se a globalização fez com que bobagens alcançassem escala global, a internet maximizou a expressão de ódio, de intolerância, de exacerbação de preconceitos e da violência da linguagem”. O autor usa outros pensadores (Nelson Rodrigues e Umberto Eco) que reafirmam o quanto a internet deu voz aos tolos.

Para Umberto Eco citado por Karnal (2007) há alguns anos atrás para manifestar um conhecimento ou informação era necessário convencer alguém disso, talvez publicando um livro para persuadir aquele editor a investir, ou seja, não era fácil. Logo, o tolo tinha uma dificuldade enorme de repassar suas ideologias e a violência estava mais limitada ao ambiente familiar. A internet possibilitou que qualquer pessoa em qualquer parte do mundo expresse qualquer ideia em grau de coincidência com um especialista. Assim, a internet divulga a informação, mas não faz a formação. Antigamente deveria haver uma certa autoridade para quem afirmasse algo como verdade, uma legitimidade exclusiva, para se pronunciar sobre algum assunto, o que hoje se estende aos leigos e anônimos sem menores problemas.

A proteção do anonimato e da distância representadas pela internet permite a qualquer um mentir para atingir alguém no exercício constante do ódio. As redes sociais ajudam na construção de um mundo de aparências capaz de camuflar a verdadeira

natureza hipócrita, medíocre e narcisista dos indivíduos que escolhem o ódio como forma de expressão. “O problema do *facebook* é que ele fez as pessoas se tornarem obrigatoriamente épicas, bonitas e com vidas interessantes. Hoje dói ser alguém comum ou levar uma vida opaca”. (KARNAL, 2007, p.114)

De acordo com o Bauman (2001) a modernidade revelou a liquidez presente no individualismo e nas incertezas da “fluidez” dos relacionamentos superficiais a curto prazo, sem investimento na vida coletiva ou no comprometimento com o outro.

[...] a nossa é, como resultado, uma versão individualizada e privatizada da modernidade, e o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos. Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. Eles são agora maleáveis a um ponto que as gerações passadas não experimentaram e nem poderiam imaginar; mas, como todos os fluidos, eles não mantêm a forma por muito tempo. Dar-lhes forma é mais fácil que mantê-los nela (BAUMAN, 2001, p. 14).

O medo possui um componente biológico que também faz parte da existência dos animais por auxiliar na busca pela sobrevivência, mas existe aquele que é construído culturalmente e incorporado socialmente, o medo do futuro, das garantias de sustento e da identidade social. A sociedade está tomada por vínculos pessoais corroídos que geram grande insegurança diante do desinteresse frente aos compromissos, dado que o outro é visto como mercadoria à disposição da fruição do prazer proporcionado pelo momento. O amor líquido, típico do estágio no qual se encontra a modernidade, representa a fragilidade dos vínculos humanos, as relações não são feitas para durar, estão estruturadas em vínculos superficiais de acordo com a conveniência do momento.

3. A GLOBALIZAÇÃO NEGATIVA E OS DEJETOS DO PROGRESSO

Para Bauman (2005) a globalização apresenta uma sociedade de consumidores, na qual não há espaço para aqueles que não se adaptam, os chamados inadaptados, marginalizados, o “lixo humano” denominado pelo autor como dejetos do progresso. A modernidade globalizada trata os “indesejados” como escória que deve ser afastada da convivência com a maioria, sendo atirados em guetos ou até mesmo exterminados.

A produção do “refúgio humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os excessivos e redundantes, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernidade, é um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define

algumas parcelas da população como deslocadas, inaptas ou indesejáveis) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de ganhar a vida e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência). (BAUMAN, 2005, p. 12).

A modernidade líquida obriga as pessoas a rever a construção da sua identidade, como não há mais categorias sólidas busca-se apoio e conforto no consumo. De acordo com Bauman (2001, p. 54) “o mercado que produz mercadorias a produz com a intenção de sempre produzir, e nunca parar”. A identidade do indivíduo na modernidade líquida também é líquida, pode ser descartada e não há nada fixo e eterno neste sentido. Nessa sociedade não só os produtos são vistos como mercadoria, também o são os seres humanos. O homem contemporâneo vive à mercê do consumo encarado como solução para o preenchimento do vazio existencial presente em uma época fluida que não valoriza relacionamentos fincados em raízes profundas.

A vida insegura é vivida na companhia de gente insegura. Não sou eu apenas que tenho dúvidas sobre a durabilidade do meu eu atual e até quando os que me cercam estarão dispostos a endossá-lo. Tenho todas as razões para suspeitar que os que me cercam vivem a mesma situação embaraçosa e se sentem tão inseguras quanto eu. (BAUMAN, 2000, p. 31.)

As pessoas consideradas hoje desnecessárias, inúteis, improdutivas, indesejadas são apontadas como intrusas, sinônimo do atraso, o que não combina com a lógica do capitalismo globalizado. Esses seres humanos julgados como descartáveis e pobres que não colaboram com nada, apenas servem para incomodar e manchar a visão dos ricos, esses falhos consumidores que não serão reintroduzidos no mercado de trabalho são inúteis para a sociedade do consumo. O problema atinge uma escala internacional ao envolver os imigrantes ilegais que precisam se reintegrar a uma outra sociedade longe de seu país por causa dos conflitos. Geralmente ficam presos em campos de refugiados longe de seus diretos, não são considerados nem mesmo seres humanos.

Com muita frequência, na verdade, rotineiramente, as pessoas são declaradas “redundantes” são consideradas, sobretudo, um problema financeiro. Precisam ser “providas” – ou seja, alimentadas, calçadas e abrigadas. Não sobreviveriam por si mesmas – faltam-lhes os meios de sobrevivência (quer dizer, sobretudo a sobrevivência biológica, o oposto da morte por inanição ou abandono). A resposta à redundância é tão financeira quanto à definição do problema: esmolas fornecidas pelo Estado, reguladas pelo Estado ou por ele promovidas e testadas em relação aos meios e aos fins. (BAUMAN, 2005, p. 20).

Embora o Estado tenha a política do “bem-estar social” para impedir que classes e pessoas mais vulneráveis se sintam desprotegidas, para Bauman (2005), o “Estado lava

suas mãos” justificando sua colaboração em programas de auxílio que não atendem a maior parte da população. As pessoas são maleáveis, descartáveis e a mídia propicia a elas a incapacidade de fazer a leitura sensata da sua própria condição.

Nesse contexto os valores de solidariedade são deixados de lado, o que conduz à seguinte afirmação de Bauman (2005), “as pontes coletivamente erigidas entre a transitoriedade e a eternidade se degradam e o indivíduo foi deixado cara a cara com a sua própria insegurança existencial, pura e intacta. Agora espera-se que ele ou ela enfrente sozinho(a) as consequências”. O resultado disso é a criminalização dos problemas sociais e a falsa ilusão de que algo está sendo feito para minimizar a insegurança das pessoas.

4. ANÁLISE CRÍTICA: Hannah Arendt e a violência nos discursos totalitários

O pensamento de Hannah Arendt (1970) está ligado às suas experiências relacionadas à Segunda Guerra Mundial. A violência desse período orientou suas reflexões acerca dos conceitos de poder e violência. As pessoas entendem que a violência é um conteúdo fundamental do poder, como se para exercer o poder fosse necessária a violência, quem está no poder pode com sua vontade obrigar os outros a agir de determinada forma. Arendt (1970), discorda disso, para ela só se pode chegar ao poder se existir um consenso definindo aquele poder, ou seja, para alguém estar no poder é preciso estar ligado à sociabilidade. Se o consenso entre pessoas estipula o poder isso significa que a meta do poder não pode ser individual, mas sim um objetivo comum, nesse caso a violência poderia ser interpretada como atrelada ao poder?

Para ela, violência e poder são assuntos diferentes. A autora (1970) analisa o contexto social e identifica que isso só foi possível por vivermos em uma sociedade de massas, que só vem à tona a partir do século XIX, nunca houve nada parecido antes. O absolutismo legitimava suas ações apenas pela vontade do governante, já o regime totalitário justificava suas ações através de uma ideologia nacionalista como se a violência pudesse ser justificada por algum tipo de superioridade de determinadas nações sobre as outras. O conceito de violência assume o sentido de um meio ou um dispositivo de ameaça na tentativa de manter o exercício do poder. A violência nesse contexto é usada quando há perda de autoridade diante das tradicionais relações de poder. O ato violento torna-se assim um objeto político: na idade média, por exemplo, como forma de manter a

estabilidade e a ordem contra certos tipos de movimentos sociais, a política chegou até a defender que a violência era um “mal necessário”.

De acordo com Arendt (1970, p. 27):

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.

Sobre o “poder”, Arendt (1970) lembra Sartre: “um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos demais instrumentos de sua vontade”; o que lhe proporciona “incomparável prazer”. O poder também afirma Voltaire na obra de Hannah Arendt, “consiste em fazer com que os outros ajam como eu quero”. Já a autora (1970) poder implica a capacidade de manter uma organização, ou seja, de formar grupos e ainda se relaciona com o conceito de “força”, não em seu aspecto generalizado da capacidade física, mas como forma de manter a organização social. Arendt (1970) retrata o poder como parte de todo governo, mas ainda lembra que o mesmo não se mantém sempre com o uso de meios violentos. A violência sempre procura ser orientada e justificada, está atrelada ao poder, mas não pode ser a sua causa. O poder se encontra na categoria de “um fim em si mesmo”, de certa forma é organizado e institucionalizado, não precisa de justificativa sendo a própria comunidade política, ele é originado sempre, a partir de um grupo de pessoas, já a violência aparece exatamente onde o poder se encontra ameaçado.

5. A MODERNIDADE E A BANALIZAÇÃO DO MAL

A ideia de que o mal seja externo é uma fantasia, segundo Karnal (2007) o mal habita em todos nós e as pessoas de modo geral tem potencial para o assassinato, roubo ou vingança. O autor não se refere a esquizofrênicos ou a quem possui outros distúrbios psicológicos, mas ao homem “normal”, aquele que mantém família e trabalho. Assim, o mal não está inteiramente fora das pessoas, também é interno e se identifica com a tradição.

Segundo Hannah Arendt (1995) o mal é banal no sentido de algo comum, corriqueiro, frequente, habitual, ou seja, o mal está a todo tempo presente em muitos lugares, disseminado em algum tipo de violência racional.

Em seu livro *Eichmann em Jerusalém* (1995) a autora percebe que a banalidade do mal está restrita a uma espécie de personalidade comum. Eichmann não era um homicida convicto, o mal realizado por ele é considerado banal porque integra a máquina burocrática de execução humana moderna, contudo isto não isenta este oficial alemão da responsabilidade relacionada aos seus crimes, no entanto ele era apenas um homem comum prestando obediência a um regime autoritário, sem considerar as consequências de suas ações diante do destino tomado por aqueles que eram transportados sob seu comando até os campos de extermínio. “Grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários. [...] Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os instrumentos totalitários para tornar os homens supérfluos”. (ARENDDT, 1995, p. 31). O oficial de Hitler ao ser interrogado no tribunal de Jerusalém afirmou categoricamente estar apenas cumprindo seu dever como militar. A importante tarefa de realizar seu ofício da melhor forma possível, com competência e subordinação.

6. A EDUCAÇÃO CONTEMPORANEA COMO FERRAMENTA PARA O AMOR MUNDI

É a crueldade do século XIX que irá mover o pensamento de Arendt sobre o mundo do homem, na tentativa de compreender as sociedades modernas. Na era moderna a ascensão de correntes políticas, filosóficas, científicas, tecnológicas e sociais, juntamente com o esfacelamento das certezas, abalam a confiança no mundo humano frente à violência e liquidez das relações. Desse modo, a convicção de confiar somente no que a era moderna produz afeta também a esfera da educação, a apropriação de tendências educacionais voltadas exclusivamente para o desenvolvimento psicológico, a aquisição de habilidades em detrimento dos conteúdos, prepara os alunos apenas para se tornarem profissionais, negando claramente à essas crianças a oportunidade de apreender com os mais velhos, nesse sentido, a educação corre o risco de perder seu vínculo com o mundo.

Nessa perspectiva, Arendt (1961) afirma que mesmo com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a secularização não valoriza o mundo, apenas o torna distante do homem moderno, apontando para o que a autora chama de “experiência do abandono”, a descrença dirigida aos semelhantes.

A sociedade acomoda todos em um único fluxo ideológico, no intuito de minimizar o sofrimento no mundo do trabalho e do consumo. Na educação também há essa relação, as metodologias de ensino e aprendizagem lúdica, fácil e prazerosa sem a dedicação necessária conduz à uma fantasia ao exigir pouco crescimento do aluno, permitindo mais espaço para aquilo que é alcançado logo de imediato.

Em comparação, a formação do aluno exige um processo aquisitivo de conhecimentos, cujo exercício é repetitivo e cansativo. A educação deve proporcionar crescimento, frente à superação das dificuldades, a escola deve buscar transformar o modo de imersão no mundo, além da responsabilidade de habituar as crianças às questões e preocupações que vão além dos interesses individuais, ao levar em conta a importância do legado da responsabilidade pelo cuidado com o mundo. A educação, diante do processo pedagógico, tornou-se mero preparatório para o mercado de trabalho. Embora essa capacitação seja necessária, é verdadeiramente preocupante quando se torna objetivo educativo inicial dentro de uma instituição, visto que, a educação, assim, perde seu sentido como formação humana.

Na medida em que a criança não conhece ainda o mundo, devemos introduzi-la nele gradualmente; na medida em que a criança é nova, devemos zelar para que esse ser novo amadureça, inserindo-se no mundo tal como ele é. No entanto, face aos jovens, os educadores fazem sempre figura de representantes de um mundo do qual, embora não tenha sido construído por eles, devem assumir a responsabilidade, mesmo quando, secreta ou abertamente, o desejam diferente do que é. Esta responsabilidade não é arbitrariamente imposta aos educadores. Está implícita no facto de os jovens serem introduzidos pelos adultos num mundo em perpétua mudança. Quem se recusa a assumir a responsabilidade do mundo não deveria ter filhos nem lhe deveria ser permitido participar na sua educação. (ARENDRT, 1961, p.10).

Segundo Arendt (1961) a função da educação e, conseqüentemente da escola, é a mediação entre o mundo e as crianças. O que ela menciona como *amor mundi* não está relacionado a um sentimento amoroso, mas à uma questão preocupante. Está intimamente ligado ao peso da responsabilidade, a partir desse mundo em crise, diante da violência vivenciada. Questiona-se o que é necessário para a construção de um mundo mais humano e de que forma a educação pode dar suas contribuições.

7. A ÉTICA É POSSÍVEL EM UM MUNDO DE CONSUMIDORES?

Para entender a moralidade contemporânea, é necessário observar os processos que organizam a sociedade por meio de evidências históricas. A ética medieval estava ligada a uma estrutura religiosa conservadora que detinha toda a justificação racional política, social e cultural.

As relações pautadas na tradição são coletivas e por essa razão não cedem espaço ao exercício da individualidade. Nesse período a igreja teve um papel fundamental, pois assegurava a conservação dos valores legados pelos antepassados.

A tradição representa um conjunto de vivências praticadas durante um tempo, justificam a ação de um grupo e buscam uma explicação racional e moral para os costumes, por isso não é possível praticar o individualismo, pois é necessária a contribuição de todos. Cada pessoa pode desenvolver sua personalidade com base nas influências familiares, religiosas e sociais.

Dessa forma de acordo com MacIntyre (1991) “a tradição não é algo estático, mas um modo singular de compreender e interpretar as práticas que são constantemente transmitidas, reinterpretadas e reinventadas socialmente”. Nessa visão, o indivíduo não se exonera dos conflitos, mas os resolve com base nas convicções tradicionais de sua comunidade, ou seja, o entendimento ou o reconhecimento do sujeito diante da sua tradição depende de sua prática moral no cotidiano. Nesse contexto o sujeito passa a se reconhecer como parte importante de uma história, as virtudes estão diretamente ligadas ao caráter da pessoa que com sua prática contribui para a preservação da harmonia da comunidade. Esta tendência se estendeu da antiguidade até a modernidade sólida, por volta do início do século XX. Este período histórico valorizava enormemente a chamada ética das virtudes.

O conceito de virtude é concebido, grosso modo, como qualidade de uma pessoa, podendo até ser considerado como dignidade. Segundo Pondé (2015) “[...] a linhagem de nascimento, assim como a de herança patrimonial, muitas vezes pode predispor alguém para ter mais virtudes pela “sorte” de ter nascido bem”. A virtude neste caso está relacionada à capacidade dos homens de serem fortes e resolverem os problemas do dia-a-dia. Na modernidade líquida a individualidade afastou a prática da ética das virtudes pelo fato de não haver preocupação legítima com o bem-estar do outro, dado que os indivíduos diante da lógica capitalista mergulham na competição que os leva a ver o outro não como semelhante, mas como adversário, não havendo, portanto, espaço para a empatia, a generosidade e a amizade legítima como virtudes fundamentais para o convívio em comunidade.

Por esta razão a discussão e a conscientização acerca da importância das virtudes morais no mundo atual se faz amplamente necessária, uma vez que as pessoas em geral estão dispostas a fazerem o bem exclusivamente quando há possibilidade de um retorno maior para elas mesmas, totalmente alheias à prática da virtude da benevolência tão cara aos aristotélicos e aos medievais no passado. Atualmente o terreno da moralidade parece totalmente corrompido pelo consumismo, pelas disputas sociais e pela obsessão pela busca de uma vida de sucesso na qual não há a possibilidade de participação do outro. Por isso Bauman questiona dentro desta perspectiva: a ética é possível em um mundo de consumidores? Para MacIntyre (1991) somente a retomada da discussão acerca da importância da ética das virtudes no mundo contemporâneo pode responder afirmativamente a esta pergunta por representar a possibilidade da retomada da valorização das relações humanas legítimas corroídas pela importância que se dá às coisas e ao sucesso pessoal em detrimento do ser humano.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Aos que lutam contra a barbárie e acreditam que as crianças possam ter outra infância repleta de sentidos da emancipação humana”

Apesar de conhecermos a modernidade como o período das “luzes” o caminho ao progresso com sua tecnologia, ciência, a convicção da razão sob a crença no desenvolvimento, precisamos considerar que, após todos esses anos de crescimento, ainda convivemos em um mundo marcado pela violência, ódio, pobreza, conflitos de classes e o descrédito pelos semelhantes. Essas evidências sociais devem nos levar a refletir sobre a necessidade de julgar a era atual baseado no critério de modernidade, como sujeitos críticos e históricos apontando para a construção de uma maior responsabilidade com o nosso mundo.

Para a construção do homem solidário e fraterno nessa sociedade, precisamos resgatar valores medievais. A Idade Média é sempre vista como algo retórico, antigo e ultrapassado, porém, de modo que, nesse período encontramos relações mais sólidas, a confiança e segurança eram condutas mais comuns. Pensar sobre a educação, sem desconsiderar o mundo moderno, é pensar o homem como ser político, histórico e criativo de seu processo, desse modo, a educação na modernidade é uma reflexão das práticas de ética e virtude.

A globalização apresenta algumas dificuldades para a escola, as crianças cada vez mais ao alcance prematuro da internet que as desvinculam com a realidade e as preocupações do mundo. Falar de educação, num contexto de um mundo moderno, é pensar na escola, no educador. A proposta pedagógica deve ir além do tradicionalismo e até mesmo do lúdico, mas que seja capaz de conduzir as crianças para o seu viver social, transformando assim, a sua própria realidade e por fim, o mundo.

O presente estudo torna-se relevante pois ele carrega uma grande importância para o aumento do pensamento crítico, autônomo, questionador, transformando-o em sujeitos questionadores, explorativos e criativos. A necessidade de indivíduos com o caráter de pesquisador é necessário para o avanço científico e também social. A atualidade relata que não há muitos indivíduos preocupados com o avanço da ciência e de sua relevância, é preciso que os educandos sejam incentivados com esse intuito. Os estímulos para sujeitos contribuintes socialmente é fundamental para a evolução da comunidade.

A temática propõe encorajar educadores na retomada dos estudos de filosofia e o fortalecimento dos mesmo para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral:** contribuições arentianas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000100008. Acesso em: 06 out 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CORREIA, Adriano. **Natalidade e amor mundi:** sobre a relação entre educação e política em Hanna Arendt. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a11.pdf>. Acesso em: 06 out 2019.

CAMPANHA, **Vidas negras:** pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil. Disponível em: <https://vidasnegras.nacoesunidas.org/>. Acesso em: 01 out 2019.

HARENDT, Hanna. **As origens do totalitarismo.** Trad. Raposo, Roberto. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

HOOBES, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KARNAL, Leandro. **Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

PERES, Paulo. **A cordialidade Brasileira: um mito em contradição**. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/5-Agosto-14-Dossie-Paulo-Peres.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.
19 / 19

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia do politicamente incorreto da filosofia**. São Paulo: LeYa, 2015.

ROSA, Aléssio. **A ética das virtudes de Alasdair Mcintyre: implicações para a moralidade contemporânea**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1983-4012.2016.2.23690>. Acesso: 06 out 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4.ed. Brasília: UnB, 2000 [1921]. v.1